

Onair Nunes

ESPECIAL

Eleições Presidenciais 2022



ewsletter



*Um país surgido da
brutalidade, da violência e da
rapina, do preconceito, do
desrespeito ostensivo à pobreza,
engendrada, ao ser humano,
prolongamento da natureza em
sua manifestação superior; o
Brasil terá no próximo
domingo, 30, pela primeira vez
em sua história, a oportunidade
de decidir de modo claro e
definitivo o que quer para ele,
paz ou sobressaltos, cuidados ou
brutalidade. Basta observar a
orientação do Profeta e saber
olhar o passado. Na escolha
simples e direta não há espaço
para dúvidas ou hesitação; no
contrário absoluto está a
redenção.*

Há que se ter olhos de ver.

UMA VISÃO GERAL

Nenhum de nossos governantes, desde a proclamação da República, fez o suficiente para mudar o histórico enfoque social e econômico que herdamos do nosso passado de limites estreitos e de sinecuras, ressalvado o de Getúlio Vargas sob alguns aspectos capitais e o de Juscelino Kubitschek quanto à industrialização do país na esteira dos esforços estadistas de Vargas. Os governos militares nos deram uma nova visão do Brasil, ainda necessitada de mais história para ser inteiramente compreendida, embora, sem qualquer sombra de dúvidas, tenhamos feito expressivos progressos. Até hoje o sistema de travas e destravas é aplicado, às vezes de forma nem tão sub-reptícia assim, a informar descuidos antirrepublicanos imperdoáveis. Parecemos um país de poucos donos, cujos patriarcas não terão nascido em solo brasileiro, parecendo, ainda, que, a tais donos, se realmente assim é, não apraz uma nação em harmonia partilhando progresso econômico e social. Educação precária, Saúde assassina, parecem, ainda, obedecer ao velho princípio do colonizador, as estradas ruins, de quebra, e a brutal ausência de estrutura sanitária em metade do país, realidades absurdas em pleno século 21, amor e respeito próprio literalmente no esgoto. Um outro dia o ex-Presidente Fernando Henrique disse que para governar o Brasil é preciso estar disposto a meter a mão na lama, frase de sentido muito específico. Ele não foi perfeito em seus governos, mas é um homem educado e lúcido. A burocracia, proposital, para dificultar, ou supostamente evitar fraudes, leia-se associar-se de sorrate à Coroa para drenar riquezas do país, faliu em sua concepção originária, mas continua na prática emperrando tudo, ainda temos quadros funcionais em boa parte muito bem preparados e profissionalizados, com os quais o país pode ser eficientemente administrado. Parece haver uma regra em favor dos interesses na estúpida distribuição de renda no Brasil, uma estratificação social que tange o tribalismo e um gosto pela violência moral e transgressão legal a ultrapassar de muito quaisquer limites. Essa regra tem travado o país. Estamos num bom

momento para repensar tudo isso. Não me lembro quem disse, mas a frase tem um indiscutível travo de realidade: “Há algo congenitamente esquizofrênico no caráter nacional brasileiro”. Não poderia ser de outra forma; são séculos de discriminação, incúria, desrespeito, descaso, soberba e humilhação. Estudos comparativos recentes concluíram que o povo brasileiro é o que, no mundo, padece do mais alto grau de ansiedade, consequência lógica de viver-se em um país de rédeas curtas, sob intimidação, desemprego maciço, infeliz, o que labora no aumento da ansiedade cujo desdobramento natural é a depressão coletiva, depois nacional, um dos seus efeitos mais imediatos a improdutividade. É uma boa maneira de jamais sair do atoleiro em que estamos metidos. Reflita sobre isso.

É preciso reagir, equilibradamente, nos estritos termos da lei e da ordem, mas reagir. O primeiro passo: Olhar o mundo que nos rodeia com senso de realidade e promover as alterações comportamentais necessárias, recomendadas por uma visão conceitual revista de tudo o quanto tem sido visto e ouvido nestes nossos tempos malcomportados. Precisamos banir das nossas considerações os que nos põem em sobressalto, quem nos mente e vive para nos ilaquear a boa-fé, quem desafia as leis a partir da lei maior, nossos sustentáculos de negação à barbárie, à vulgaridade, à dissimulação. Precisamos cultuar a verdade e a ética, praticar a liberdade e não tentar impedir que os outros também o façam. Somente depois de alcançar esse estágio estaremos preparados para viver a grandeza cidadã a que o nosso Estatuto nos remete, a construir o grande país do qual queremos e merecemos ser súditos; só a partir de então encontraremos a paz perdida com as atribuições que nos têm sido impostas.

O Constituinte de 1988 insculpiu de modo claro e direto no inciso 57 do Artigo 5º da Constituição Federal: No Brasil ninguém é culpado sem o trânsito em julgado de eventual sentença penal condenatória que lhe haja sido proferida. Sem culpa, cuja única forma de demonstração em direito admitida é a prova cabal nos autos, não pode haver prisão, encarceramento.

E foi mais longe. Com a plena capacitação de sua função Constituinte, não deixou de olhar para o nosso passado cruel, autoritário e elitista, habilitando-se a, bem vislumbrado o futuro, gravar de modo indelével no § 4º do Artigo 60 a proibição terminante de deliberar sobre a abolição da nossa forma federativa de Estado, sobre o voto direto, secreto, universal e periódico, sobre a separação dos Poderes e sobre os direitos e garantias individuais. Nenhuma dessas matérias pode ser colocada em pauta, discutida ou votada; fazê-lo, é peitar o Supremo Tribunal Federal, é desafiar a Constituição da República, manter a inquietação, a

insegurança e dar continuidade ao clima de que tudo é permitido, cacoete com o qual temos estado a braços de algum tempo para cá, dependente de quem fale mais alto ou seja mais atrevido. Fazê-lo é produzir em face da norma constitucional aplicável uma deliberação nula de pleno direito, presente o fato concreto da vedação terminante de deliberação sobre a matéria elencada. O Brasil não precisa de mais incertezas, e, extremamente necessitado de caminhos diferentes do que tem palmilhado, precisa aprender com o seu passado colonial de brutalidades, descaso com os mais mezinhos direitos das pessoas e desleixo com as exigências institucionais. O Estado não existe para si mesmo no constante pairar sobre a nação, como se os problemas dos brasileiros não fossem antes de tudo problemas seus. O Estado existe para ela e em função dela.

Vivemos num país onde o grande pecado é ser pobre, pecado infernalmente mortal se a pobreza, além de ruim em si mesma, for negra, onde comodamente se esquece que a pobreza entre nós é engendrada desde os primórdios do colonizador, historicamente agravada no atirar-se de milhares de escravos às ruas sem terem onde morar, como comer e como se educar, e praticamente perpetuada pelo desinteresse oficial e estrutural de dotar o Brasil de mecanismos capazes de contê-la, reduzi-la, elimina-la. E por que não nos desenvolvemos, presos no visgo repelente do efeito sanfona do vai e vem à conta do qual somos tradicionalmente um grande pequeno país à inanição sobre a terra generosa, numa gaiola de ouro que sequer nos pertence, apenas contemplativa.

Precisamos urgentemente começar a nos movimentar no sentido do equilíbrio entre a dolorosa experiência do nosso passado de brutalidades, que deixou profundas marcas negativas na visão de mundo dos brasileiros, e as exigências irrecusáveis de um futuro que nos redima dos pecados históricos, que nos conduza a uma posição de respeito recíproco com as nações civilizadas e educadas, relativamente às quais o nosso bom trato não seja apenas questão diplomática ou de conveniência, mas um modo de perfeita integração à ordem internacional e forma de nos assegurarmos, desenvolvidas as nossas potencialidades, de um crescimento contínuo e sustentado.

Temos no DNA a marca do colonizador, viver às expensas da colônia. Nossos textos já abordaram questões essenciais para o estabelecimento do país como candidato ao desenvolvimento sustentado, duas vertentes bem definidas, a Administração Pública e o empresariado. Não chegaremos a lugar nenhum com a escassez de mão de obra qualificada, estradas, portos, energia, carga trabalhista e fiscal que aí estão, assim como a muito pouco além do que temos poderemos

aspirar se os nossos homens de negócios não implementarem políticas empresariais modernas e necessárias à ultrapassagem dos termos médios alcançados por nossa Economia. É mais que na hora dos empresários afeitos à prática aposentarem o pires habitualmente estendido para recolher as benesses circunstanciais concedidas pela Administração para facilitar-lhes a vida, de seguir o exemplo da indústria do calçado que, pura questão de sobrevivência, em última análise, partiu para a adoção de modernos princípios administrativos, para a modernização dos seus equipamentos, para a racionalização dos métodos de produção para redução dos custos e melhoria de qualidade que lhe estão devolvendo a competitividade. Corremos o sério risco de estacionar no patamar em que estamos pela absoluta falta de capacidade para crescer solidamente, com fundamentos próprios. Se e quando os dois lados do Atlântico Norte voltarem ao patamar econômico de há muito alcançado, deixaremos de ser os queridinhos da vez porque todo o frenesi observado apenas se manifesta por absoluta falta de alternativa para os grandes capitais internacionais. Pode ser muito dura a volta à nossa realidade. Já vimos esse filme antes.

Um Estado não inserido na ordem mundial jamais poderá aspirar a desenvolver plenamente suas capacidades, a serem concebidas e ordenadas para o fim precípuo de fazê-lo protagonista, não coadjuvante ou mero figurante no concerto das nações; um país intolerante e isolado economicamente em suas práticas e concepções do restante dos países jamais exibirá índices sustentados de desenvolvimento; o pragmatismo econômico não abona a discriminação de filosofias e princípios de qualquer natureza. Cada povo tem o direito de decidir como quer viver, ser governado e por quem ser liderado. O condão do diálogo e a postura adequada na administração das diferenças, não dos absolutos, definem lideranças, capacitando-as para conduzirem seus países interna ou externamente.

Crescimento econômico não é uma figura abstrata; decorre do aumento da produção como um todo e do aumento da produção/renda *per capita* em particular. Faça você mesmo, grosso modo, um pequeno exercício e verifique pessoalmente como anda a Economia e o quanto de verdade há no que lhe estão dizendo rádio, televisão e jornais. Pegue o PIB dos últimos 25 (vinte e cinco) anos, ano a ano, e divida pela população do país no período. Você vai encontrar, repito, grosso modo, o PIB *per capita*. Converta-o em dólares americanos. Considerando o aumento populacional ano a ano, o seu *insight* tangenciará o grau de eficiência do governo e a contribuição dos empresários para a saúde econômica do país. Nesse ponto, distribua ao longo dos 25 (vinte e cinco) anos considerados as Administrações

federais, os governos. Tabule o período de cada Administração por coluna e compare. Você terá aí uma rica fonte de informações, inclusive quanto às Administrações mais eficientes e que melhor atenderam às exigências do crescimento populacional. É sumamente importante determinar as mudanças econômicas estruturais no período, especialmente a transferência da produção agrícola para a não-agrícola, ou seja, como se desenvolveu o processo de industrialização do país, considerada a distribuição da população entre campo, cidade e a distribuição da renda traduzida no acesso aos bens e serviços, notadamente nas mudanças dos números e percentuais de pobreza. O período em que se verifique um padrão estável de crescimento associa-se a mudanças tecnológicas e sociais; nestas, constatar-se-á, por exemplo, em nossa história recente, um padrão estável de crescimento e a estagnação, com desatualização do contexto tecnológico, apontando para a eficiência da Administração e para a ineficiência do empresariado, vestíbulo da recessão e da regressão econômica.

Não há remédio caseiro para esse tipo de problema; o país tem de tornar-se parte do sistema internacional, reordenando e aprofundando suas ligações com a mecânica econômica externa, com a economia mundial. A abertura necessária compreende também um canal estável de comunicação com o exterior, além de toda forma de atuação no cenário mundial, congressos, conferências, eventos midiáticos e troca de informações diplomáticas e econômicas, respeitadas, naturalmente, as regras de segurança de cada país. É preciso estar sempre pronto a negociar, não ceder, mas negociar, colocando em posição de destaque os interesses brasileiros e considerando no grau devido os interesses dos países interlocutores sem transigir com o essencial. Já não estamos no tempo dos heróis, que nunca nos fizeram bem. O trabalho a ser desenvolvido é demasiado importante para ser subtraído à diplomacia profissional e funcional, a diplomacia realista que define meios e objetivos factíveis no plano internacional sem perder de vista que os objetivos se definirão pelo planejamento de médio e longo prazo do país, de forma a sustentar o desenvolvimento permanente, duradouro. Isso é função da diplomacia econômica; ajustes internos são arranjos para contadores e políticos. Democracia e direitos humanos são pressupostos essenciais, antecedentes do modelo traçado em nossa Constituição. Temos de evoluir para objetivos internos que desmontem nossa velha ordem doméstica, a ordem do colonizador estabelecida em quase quatrocentos anos de domínio, mantida após a independência pela sobrevivência de hábitos, costumes e práticas, formalmente extinta em 1988, mas com sobrevivência informal, paralela e inconformada com o fim do seu poder de decidir

sobre os destinos do país, desarrumando-o se contrariados os desígnios de grupos de decisão e detentores de mecanismos que modificam sua estrutura ao sabor de interesses nem sempre acordes os interesses nacionais e consoante as normas constitucionais e legais. O que temos no Brasil é uma prática de séculos não compreendida nos limites dos controles oficiais, somos o que grupos de poder querem que sejamos, não o que convém a um grande país com espectro de potência, embora suas realidades assustadoras. Somos um grande pequeno país capaz de produção intensiva de alimentos e minerais para exportação, para consumo externo. Só. Somos os serviços internacionais. E isso precisa mudar.

Precisamos de um parque industrial que atenda as necessidades de um país voltado para o futuro; medir a eficiência de nossa capacidade industrial instalada é enganador, nada significa além da medição das nossas insuficiências industriais, da nossa capacidade de produzir insuficientemente itens de baixa qualidade que custam caro ao consumidor. Temos um parque industrial secundário de declinante participação percentual em um PIB ridículo para as nossas potencialidades, travado quando ameaça subir, colocar a cabeça de fora.

Precisamos de iniciativas pessoais produtivas, de cidadãos voltados aos cruciais interesses do país; precisamos de resultados, não de doutrinas e estereótipos digressões acadêmicas, necessitamos fixar nossas metas estratégicas e estabelecer um modo operativo de vida que projete o Brasil na direção da ordem mundial, preservados os nossos valores. Precisamos todos administrar o nosso desenvolvimento e direcionar tudo o que fizermos no sentido da definição do nosso papel no mundo. Para tanto, afinal, mas não menos importante, precisamos sepultar bem fundo o que herdamos da colonização, que não é pouco nem inofensivo, e reescrever a nossa história nos termos do Brasil e dos brasileiros.

Não há país soberano quando se tem de sair de mansinho ao primeiro bater de pés; não há potências desarmadas. O Brasil (ainda) reúne todos os requisitos para ser potência, população, vastidão territorial, energia, matéria-prima, riquezas naturais, e faz parte de um clube de alta tecnologia. Que tal atirmos longe o bridão e pensarmos no futuro do país, cuidarmos que as nossas riquezas não sejam oferecidas e sugadas, que continuem a ser levadas para o exterior, drenadas até se esgotarem, até que os futuros brasileiros nada mais tenham de seu, inclusive o amor próprio, por decorrência sentimento nacional, o espírito de nação, a noção de país?

Precisamos de trânsito nacional e internacional, adotar a postura multifacetada requerida pela envergadura do empreendimento Brasil, de soerguimento inadiável, parar com os intermináveis nhe-nhe-nhens inúteis ou facilmente neutralizáveis que não levam a nada além de manter o país cativo de todos os interesses, menos os seus próprios, de sua gente real que vive e trabalha duro para sobreviver.

O país que não se tornar potência não sobreviverá; muitos não podem fazê-lo, nós (ainda) podemos. Temos de nos corrigir; à medida que as coisas forem ficando de fato difíceis nem todos poderão mudar-se para Miami; Portugal é impraticável, só de desempregados temos quase cento e quarenta por cento de sua população, só de desesperançados de conseguir trabalho, contando por baixo os seus dependentes na base de um para cada, temos praticamente um Portugal inteiro. Se contarmos os desempregados totais agregando mulher e dois filhos, critério bastante conservador, temos uma Argentina. Construir um novo Brasil não é lazer ou exercício para quem não tem o que fazer, é tarefa para brasileiros de fibra, valor e noção de obrigação, questão de sobrevivência.

Sem exageros, com um país a ultrapassar os 200 (duzentos) milhões de habitantes, boa parte com mentalidade de colonizado à disposição, não são todos no exterior e internamente a quererem as coisas mudando muito por aqui. E como está, está muito bom para os nossos maus industriais e comerciantes, a produzir e vender produtos de baixa qualidade a custos e preços altos, é dizer, para muitos somos apenas um bando de selvagens seduzidos por quinquilharias que buscam ascensão social e status. E de nada adianta ficar reclamando, por exemplo, dos políticos; queiramos ou não, ele são avatares da Sociedade que representam e só começarão a mudar para melhor quando essa mesma Sociedade, ela sim, tornar-se melhor do que é hoje. Um alerta: Nossa história escravista, dormitando, parece haver despertado, e, pior, tudo faz crer sermos, hoje, um país de tios Thomas de todos os matizes.

Outro alerta: O câmbio, a situação econômica do país, o déficit exacerbado nas contas federais e a falta de permissões orçamentárias para qualquer coisa na próxima Administração não são nada animadores. O que fizeram os senhores da bagunça, do ódio e da divisão de alguns anos para cá foi desarrumar por completo a vida do país e dar-lhe um nó cujo desate só Deus sabe quando virá. Em análise final, pararam o Brasil, restando uma diferença fundamental: A crise da época em que iniciados todos os nossos graves desacertos, salvo a parcela tocante à Economia internacional, parte menor da nossa infelicidade econômica e causa da nossa desventura institucional, foi fabricada; a crise atual é real, decorrente de

problemas históricos agravados pela incompetência e pelos desmandos praticados desde o impedimento da titular da Administração Dilma Rousseff. Constata-se com extrema preocupação que teremos, por baixo, por baixo, mais uma década perdida que se pode estender, digamos, talvez mesmo com exagerado otimismo, para bem além de 2030. Se ficar só nisso. Que futuro tudo isso reserva ao Brasil?



MERA COINCIDÊNCIA?

Despojando-o das vestes, cobriram-no com um manto escarlate; após, tecendo uma coroa de espinhos, puseram-na em sua cabeça, e, na mão direita, um caniço. Então, ajoelhando-se diante dele, escarneceram, dizendo-lhe: Salve, rei dos judeus! E nele cuspido, tiraram-lhe o caniço e com ele bateram em sua cabeça. Depois de muito dele zombarem, despiram-lhe o manto e o vestiram com as suas próprias roupas. Em seguida, crucificaram-no. (Mateus 27, 28-31)

*U*m ritual de demolição de imagem variado ao longo dos séculos, sempre com violência, covardia e arbítrio. O escopo é a destruição do amor próprio, da autoestima, pela humilhação ostensiva e contundente, impiedosa, com o detalhe notável de que o método nem sempre funciona. Não se trata aqui de puro sadismo; a finalidade do verdadeiro circo armado nas circunstâncias é a de criar uma imagem relativamente à qual a aversão se torne genérica e geral, utilizando-se para tanto a desinformação, a meia-verdade e a inverdade em larga escala. Não é, de fato, sadismo, é selvageria, uma conjugação perversa de instintos sem a menor consideração ou escrúpulo com as peças manipuladas para “esmerilhar” o alvo, peças vivas, ferramentas assim tornadas por espetáculos demolitórios precedidos de eficiente lavagem cerebral impregnada de ódio e desprezo não somente contra as vítimas prioritárias, mas contra todos aqueles a representar qualquer tipo de ameaça a essa prática degenerada. Quem odeia, quem semeia o ódio, todavia, nunca atenta para o fato da deformidade encerrar-se, estéril, em si, desmanchar-se em azedume, estiolar-se em seu natural processo autodestrutivo; as cabeças pensantes se cansam, tudo se faz pestilência, um clima doentio, falta rumo, pois odiar é um fim em si mesmo, que divide, desagrega e não constrói. As mãos, sujas, acostumadas ao lodo, ao esterco, apenas em tal atmosfera se sabem movimentar, mas os seus espaços se vão encurtando no correr do tempo com a crescente percepção de que a malevolência é destrutiva,

deletéria. E chega o tempo do amor, que une, agrega e constrói; as vítimas do ódio não sabem odiar, as boas índoles em letargia começam a despertar. Os caminhos tortuosos e obscuros percorridos pela fúria condenatória e malquerente vão perdendo os seus esconsos, começam a iluminar-se, enquanto o ódio, a soberba e a vocação oportunista insistem nos atalhos, continuam em sua ingrata busca da viabilização do inviável, do irrealizável num mundo cujas estruturas já não os recebem, na letra fria e inexorável a mistificação impossível, um sopro de esperança devolvendo a treva aos corações a que pertence. Chegado o tempo do amor, uma ridicularia para os sacerdotes do ódio, um modo de vida para o ser humano investido de toda a humanidade, polido, a têmpera apenas dosada no sentido do bom e do justo, chega com ele o tempo dos verdadeiros líderes, formados nas dobras do estoicismo, dos que não se deixaram abater, daqueles que saíram engrandecidos e melhores dos seus martírios e dos seus suplícios. Bem-vindo de volta

Cuida-te, irmão, e persevera na busca da perfeição que espera no fim de muitas existências, com suas armadilhas, seduções e sofrimentos, em suas glórias efêmeras.

Vai, mensageiro da luz, ensina aos teus, em face dos novos desafios, o que pensavas saber em tua juventude enquanto buscavas a sabedoria. Conduz com firme delicadeza tua alma imperfeita, restos do que deixaste na esteira de tuas batalhas, razão porque te atiraste à luta e te fizeste um viajor atemporal, da luz e da sombra, dos píncaros e das profundezas, em embates dos quais saíste sempre um pouco melhor do que foste em teu momento existencial anterior.

A Saga do Justo — Trecho em Continuação — A Conspiração dos Mediócrs, parte final
©Onair Nunes da Silva
Todos os direitos reservados
Vedada a reprodução

O BONDE DA HISTÓRIA ESTÁ DEFINITIVAMENTE PERDIDO?

O Brasil não se renovou consistentemente, não treinou pessoal para sustentar seu desenvolvimento, não conservou e não substituiu sua infraestrutura na escala que qualquer avanço inovador exige. No Brasil as ideias são velhas e inadequadas. Esse é o quadro que temos.

Não houve polarização. Dois foram os polos porque os demais candidatos não eram palatáveis para a imensa maioria dos eleitores, restando, contudo, após a rodada classificatória, declararem os candidatos finalistas seus atributos de liderança para conduzir o país no rumo das profundas mudanças estruturais de que necessita; desperdiçar todo o precioso tempo de contato direto com os eleitores a trocar farpas — e que farpas!... — e em mostrar-se simpático e paternal não é, definitivamente, o caminho. Paternalismo, por sinal, é a última coisa de que necessita o Brasil, cuja dolorosa experiência em tal sentido é emblemática. Um estadista, o homem pelo qual se procura, não é intempestivo ou paternal, é centrado, competente e comprometido com a ordem e com o progresso sustentado e sistêmico em ambiente democrático e de direito, como é da orientação legal e do comando constitucional do país.

O candidato finalista a ser escolhido pela nação precisa demonstrar que tem asas para os voos essenciais e pernas para a longa e dura caminhada do próximo período administrativo federal, dispensar as concessões do estilo de alianças que provoca instabilidade, ineficiência e risco ao sabor de pretensões inclinadas a interesses pessoais e partidários, secundária ou inexistente a priorização dos urgentes interesses do país. O Brasil precisa de uma presidência educada e cortês talhada para relacionar-se com a comunidade internacional sem

comprometer a soberania do país, para governar com independência política e rigorosamente nos termos da Constituição, que seja capaz de montar um plano de governo de acordo com ela, administrando-o sem depender de acordos ou compadrismos com o Congresso, ao qual não se pode submeter, que saiba manter a independência sem romper a harmonia entre os Poderes, que não podem entre si trocar concessões, pedidos e favores, tendo cada um de cumprir o papel que lhe é definido pela Constituição da República. Para o caso de incompreensões desse papel existe a Corte Maior, a Constituição que fala, nomeadamente o Supremo Tribunal Federal, devendo estar sempre presente que o certo e/ou o errado na atividade governamental define-se nos conceitos e nos comandos constitucionais

É preciso saber explorar novas concepções, afastar de vez o equívoco da potência agrícola sem estofa e base industrial adequada. O Brasil de 1500 tem de ser definitivamente sepultado; precisamos de um novo Brasil, de uma nova Sociedade e de novos conceitos de vida e de trabalho. É rigorosamente necessário criar, do choque das duas posições ditas polarizadoras, uma nova síntese. E saber desenvolvê-la.

É indispensável modernizar conceitualmente o Brasil, tirar do papel o dever de educá-lo, educá-lo e educá-lo, interromper o círculo vicioso do seu PIB ridículo para as condições existentes, que a cada expansão é podado, e dar à sua população meios de desenvolver suas potencialidades a explodir por todos os cantos à procura de caminhos. Recursos existem, mas estão inviabilizados e sequestrados por financiamentos carentes de revisão, redimensionamento e redistribuição, o dinheiro público usado para produzir resultados não inteiramente voltados aos interesses do país.

Duas CPI's, compare-se. Uma de 34 (trinta e quatro) assinaturas, prorrogada, de intensa mobilização, repercussão e forte presença na mídia; outra de 63 (sessenta e três) assinaturas em 81 (oitenta e uma) possíveis, quando apenas 27 (vinte e sete) são exigidas, cumprida no prazo, sem nenhuma mobilização, nenhuma cobertura, abandonada pela mídia, que a ignorou, cujo relatório final foi aprovado por unanimidade, uma tarefa difícil, perícia na contabilidade da Previdência, um trabalho minucioso de natureza científica, conclusões que podem mudar os rumos do país para melhor com a lei e com a Constituição, coisa de gente civilizada.

Verifique a Cartilha da CPI da Previdência. O documento tem um link para o Relatório Final integral. Dedique atenção especial ao quadro 9 (nove), que trata dos números, a apontar um escândalo, um crime contra o Brasil e sua gente, contra os trabalhadores em especial. Veja no blog outros Artigos sobre o mesmo tema e imagine aqueles números e superávites, boa parcela do nosso PIB, aplicados no mercado, integrados a ele, circulando, criando riquezas, cumprindo e honrando mandamentos constitucionais fundamentais, concorrendo para o desenvolvimento nacional, contribuindo para a criação dos empregos que ajudam a erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades, proporcionando aposentadorias e pensões decentes entre todos os benefícios pagos pela Previdência. E você sabe o que aconteceu com essa CPI e o Relatório Final que a coroou? Foram arquivados, o espírito de 1500 prevaleceu.

O Relatório Final dessa CPI precisa ser desarquivado, analisado e devidamente considerado, revendo-se o descalabro da reforma da Previdência “anteontem” perpetrada. O dinheiro descontado dos salários pertence aos trabalhadores; são eles, por categoria profissional, que devem administrá-lo. Ao se pensar e falar em privatizações tenha-se inafastavelmente em consideração que qualquer medida nesse sentido tem de começar pela Previdência, a administração dos seus fundos sob supervisão do Ministério Público entregue aos donos do dinheiro, que a rigor estão pagando impostos não previstos em lei para sustento de despesas mirabolantes incompatíveis com a arrecadação de tributos, quando os donos do dinheiro são aposentados de forma discricionária e miserável, desnecessário salientar que a dona do dinheiro não é a Administração Pública.



A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

1. PLEBISCITO

2. TEMAS PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE:

— A Câmara federal será composta por 250 (duzentos e cinquenta) deputados, cujo tempo de mandato, não renovável na Legislatura seguinte, será computável para os efeitos de aposentadoria.

— O Poder Público não responderá em qualquer caso e por qualquer de suas Repartições pela aposentadoria de ocupantes de cargos eletivos, cujo custeio será da inteira responsabilidade dos beneficiários;

— O total dos subsídios dos deputados federais não poderá exceder o subsídio em espécie dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, expressamente vedada a criação, a qualquer título e por qualquer meio, de vantagens de qualquer natureza;

— O Congresso não poderá em qualquer hipótese votar ou decidir aumentos diretos ou indiretos de subsídios e/ou remuneração, vantagens e auxílios de qualquer natureza em benefício dos ocupantes de seus cargos eletivos e servidores. Um Plano de Cargos e Salários deverá ser formulado, padronizando-se no âmbito

Federal todas as funções e remunerações, considerados os princípios geralmente aceitos no trato da matéria;

— O ocupante por qualquer tempo de cargo eletivo aposentar-se-á nos termos da legislação da Previdência Social, contando-se como tempo de serviço, de forma simples, o tempo trabalhado como servidor público eleito;

— O custeio de aposentadorias suplementares, complementares e similares será da inteira responsabilidade dos respectivos beneficiários, não respondendo o Poder Público em qualquer caso e por qualquer de suas Repartições por aposentadorias suplementares, complementares e similares de ocupantes por qualquer tempo de cargos eletivos;

— Cada Congressista terá direito a três assessores e uma secretária;

— Aos presidentes das Casas Congressuais será assegurado o foro especial do Supremo Tribunal Federal; os Congressistas em geral terão por foro a Justiça Federal nos crimes cometidos no exercício dos seus mandatos, devendo os processos em que figurarem como réus ter tramitação prioritária. As ações judiciais de qualquer natureza propostas por Congressistas terão por foro os Juízos competentes das Varas Estaduais e Distritais.



CPI DA PREVIDÊNCIA

Presidente: Senador Paulo Paim
Relator: Senador Hélio José

Entre abril e outubro de 2017 foram realizadas 31 audiências públicas e ouvidos 144 especialistas entre auditores, professores, juristas, sindicalistas, empresários, senadores e deputados. A CPI constatou que a Previdência é superavitária e que a afirmação de que ela está quebrada e que em pouco tempo não haverá dinheiro para pagar aposentados e pensionistas não corresponde à realidade. Em sua visão problema da Previdência é de gestão e de administração.

A CPI da Previdência foi criada para investigar a contabilidade da Previdência Social, esclarecer com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos, sejam anistias, desonerações, desvinculações, sonegação ou qualquer outro meio que facilite a retirada de dinheiro dos fundos da Previdência, identificando, também os beneficiários desses desvios.

O RELATÓRIO COMPLETO DA CPI, APROVADO POR UNANIMIDADE NA COMISSÃO, PODE SER ACESSADO PELO SITE <http://bit.ly>. Clique neste link e você chegará a ele. As informações a seguir — uma pequena parte delas — estão contidas no documento e se prestam a uma boa visão do importante trabalho realizado.

Números da CPI comprovam que a Previdência é superavitária. Entre 2000 e 2015 o superávit foi de R\$821.739.000.000,00 bilhões. Atualizado, esse valor seria, na época de realização da CPI, de R\$ 2.127.042.463.220.76 trilhões.

**O SUPERÁVITE quando a CPI investigou a Previdência era de R\$
2.127.042.463.220,76 trilhões
ENTRE 2000 e 2015: R\$ 821.739.000.000,00 (bilhões)**

A CPI também constatou que no período de 20 anos encerrado quando da realização da CPI, devido a desvios, sonegações e dívidas, deixaram de entrar nos cofres da Previdência mais de 3 trilhões de Reais. Esse valor, atualizado, passaria dos R\$ 6 trilhões.

A DRU — Desvinculação de Receitas da União autoriza o uso do dinheiro de contribuições sociais — cerca de 90% do valor retirado — para fins outros que não os de sua arrecadação.

A DRU retirou da Previdência entre 2000 e 2015 o valor de R\$ 614 (bilhões).904.000.000,00. Atualizado, esse valor, na época de realização da CPI, chegaria à casa do trilhão, R\$1.454.747.321.256,90.

O Tribunal de Contas da União (TCU) estima que o Brasil perde cerca de R\$ 56 bilhões por ano em fraudes e sonegações. A CPI constatou que esse número chega a R\$ 115 bilhões.

Leia cuidadosamente o que está em <http://bit.ly> e na Cartilha da Previdência ©**paulo palm**, editada pelo ilustre Senador que Presidiu a Comissão, um veterano combatente das trincheiras trabalhistas e grande conhecedor dos seus mecanismos de defesa. Analise com cuidado o que ler e capacite-se de que a fábula de dinheiro que no dizer da Cartilha tem-se ido pelo ralo, é, juntamente com a realocação dos fundos da Previdência e sua administração em sede própria, o caminho único que pode levar o Brasil de volta à trilha do desenvolvimento e do progresso, da paz, que não habita lares nos quais falta pão e respeito.



Se você é usuário de um sistema operacional Linux clique com o botão direito sobre a imagem ao lado, escolha **Edit with External Tool**, e terá a Cartilha da Previdência ©paulopaim em tamanho legível.



Se você não é usuário de um sistema operacional Linux abra seu navegador, digite

baixar makululinux shift — jogo rápido —, grave-o num CD ou DVD, use-o no modo *live* ou *instale-o na sua máquina e não tenha medo de ser feliz*.

Uma dica: Baixe, também grátis, Font Finder e Font Viewer. Com o primeiro você baixará da internet, entre milhares de fontes, a que você quiser; depois descompacte o arquivo baixado e abra-o com Font Viewer. O app vai abrir-lhe uma janela com a fonte impressa para sua apreciação; se gostar, leve o cursor para o lado superior direito da janela e clique no comando **instalar** e espere aparecer o aviso **instalada**, tudo muito rápido, e pronto, ela será toda sua. Occidental, Snell Roundhand Script e Zapfino são fontes elaboradas e diferenciadas para dar um toque especial aos seus textos especiais. Experimente! Bem, depois abra esta newsletter em seu novo sistema operacional, clique com o botão direito sobre a imagem ao lado, escolha **Edit with External Tool**, e terá a Cartilha da Previdência ©paulopaim em tamanho legível.

E não se esqueça, envie uma contribuição de qualquer valor que não lhe faça falta para Makulu. Os caras são bons e merecem, criaram um outro mundo do qual você vai gostar, tenho certeza!

Teremos um mundo de trabalho e cuidados pela frente se realmente quisermos preservar a dignidade e a liberdade. E por que não haveremos de querer? A vida não morde quem trabalha, não é muito grande a diferença entre um humano e um porco espinho quando falta dignidade e a liberdade é da essência do ser humano, que precisa ser livre para ser feliz.

Bora lá!!!

